

MILNA 12



Número 8
Setembro de 2025

GAZETA COOLTURAL DE GENTE LIVRE

"Longe do ponto de partida e ainda mais longe do ponto de chegada."

Российская Социалистическая Федеративная Советская Республика. *Дружеские связи стран социализма*

O VOTO É D DЯМД



DO POVO?

Art. 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000

AB INITIO

O voto é arma do Povo? O voto é a arma do Povo! Quem raio inventou este slogan? Ao que parece surgiu durante o processo eleitoral para as primeiras eleições livres e democráticas (eleições para a Assembleia Constituinte) em abril de 1975. Que está bem apanhado, está!

Intrigado sobre a paternidade da frase, o MILHA 12, cético, interrogou-se sobre a sua atualidade. Substituiu o ponto de exclamação por um ponto de interrogação e lançou o desafio aos seus colaboradores: O voto é a arma do Povo?

Não o costumamos fazer. Os números do MILHA 12 são, geralmente, de tema livre. Cada colaborador escreve sobre o quer e como quer (desde que escreva bem...). Também, por isso, são os únicos responsáveis por aquilo que escrevem (ou desenham, ou fotografam)!

Mas, desta vez, deu-nos para isto. O tema é este e tratem dele. Continuando, claro, a haver espaço para a liberdade de temas, foram muitos os contributos que nos chegaram à caixa de email. De novos colaboradores (há cada vez mais pessoas a escrever no MILHA 12) e dos repetentes.

Talvez por estamos na época das colheitas tivemos uma boa safra. Enchemos o cesto. Um autêntico S. Miguel de colaborações! Por isso, a vossa Gazeta Cooltural engordou. Desta vez vai com dezasseis páginas. Teve que ser!

Mas, já fomos avisados, no número de inverno vai ter apenas oito páginas. É justo. Até porque, os dias também encolhem. É a lei das compensações.

Este é o número de outono. Os dias vão ficar mais pequenos. Dão para ler o MILHA 12 à lareira, enquanto se comem umas castanhas. No limite, na pior das hipóteses, o MILHA 12 pode acabar, mas com orgulho, na rua a embrulhar castanhas assadas. Quentinhas e boas!

Diretório Coletivo

OS TEXTOS SÃO DA
RESPONSABILIDADE
EXCLUSIVA DE
SEUS AUTORES



Créditos: João Ramalho / A Voz de Azeméis

DE ARMA EM PUNHO

Helena Terra

Em abril de 1975, um slogan tornou-se célebre: “o voto é a arma do povo”. As primeiras eleições para a Constituinte deixaram bem claro que este slogan foi completamente assimilado e posto em prática pelo povo com uma participação nesse ato eleitoral que se sagrou em 91,66%.

Cedo, os anarquistas arranjaram um contra slogan: “o voto é a arma do povo; se votas ficas sem ela”. Mesmo assim, até 1980, a participação nos diversos atos eleitorais cifrou-se, sempre, à volta dos 84%.

O voto entendido como uma arma é um instrumento de poder, no caso a arma mais eficaz de qualquer sistema democrático.

O uso de uma arma implica conhecer como ela funciona para que a mesma não se transforme num perigo para quem a usa. Uma arma tem de ser limpa com regularidade, lubrificada, calibrada sob pena de o seu uso se voltar contra o usuário.

Esta arma, o voto, tem de ser mantida com informação, tendo a dúvida como método para atingir o conhecimento. A informação é algo que, nos dias em que vivemos, precisa de filtro que a possa depurar, porque com facilidade é contaminada com a vastíssima opinião publicada que, alguém disse, é a maior inimiga do conhecimento.

Nas duas últimas décadas, o voto caiu em desuso porque a maioria deixou de votar. É assim que uma minoria tem decidido por todos.

Mais uma oportunidade de usar a arma mais forte da democracia está à porta. Todos estamos armados. Temos munições. Façamos pontaria e disparemos porque, senão o fizermos, poderá o tiro sair-nos pela culatra.

As manutenções da democracia impõem-nos a obrigação de não depor a nossa arma mais poderosa. Por isso, vamos empunhá-la, prontos para disparar para não perder a batalha que a democracia nos permite travar.

ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE - 5 de Maio de 1975



O civismo dos Oliveirenses ficou bem patente em todos os sectores de voto.



Em filas intermináveis, esperando horas seguidas e sempre com ar optimista, foi o espectáculo que observámos

O VOTO como ARMA do POVO

António J. M. Silva

A palavra **voto** (do latim *votum*), originalmente entendida como devoção divina e um desejo, uma promessa ou uma conduta pessoal de obrigação, adquire na idade moderna o significado de **decisão** sobre temas sociais amplos (políticos, económicos, culturais) que permitem reger a sociedade em que, livremente, nos queremos inserir. Nesta perspetiva o voto diz respeito a um exercício individual sobre **escolhas** que responsabiliza quem o faz. Podemos, portanto, usá-lo para garantir a execução de iniciativas, atos, com que nos identificamos juntando-o a muitos outros votos e que, juntos, podem reforçar uma determinada realidade com que concordamos. Assim, o voto deve ser considerado uma **“arma do povo”** desde que exercido em **liberdade** por um grupo populacional significativo, pelo povo. Sendo uma ferramenta democrática, e que nos responsabiliza, as escolhas daqui resultantes deveriam permitir responsabilizar os representantes eleitos na sua obrigação do cumprimento de determinadas propostas políticas ou outras a que nos vinculamos. Se, em teoria, o voto deveria também exercer um papel fiscalizador sobre quem elegemos, na prática essa possibilidade é concretizável num prazo longo (variável de país para país) e não num tempo útil e curto, pelo que o eventual incumprimento de “promessas” pode traduzir-se em prejuízo imediato, não desejado nem previsto, pelos votantes. Esta dificuldade na fiscalização imediata ou de curto prazo é um dos desafios que a democracia política terá de resolver.

Antes do 25 de Abril de 1974, o voto para a eleição da assembleia e presidência, era uma arma exclusiva de grupos populacionais que excluía do seu exercício camadas populares significativas (como mulheres, por exemplo) e, acima de tudo, impediam e limitavam o livre debate de ideias e propostas pelos movimentos políticos que, fora dos períodos eleitorais, eram proibidos. Por isso, nestes tipos de regime, não havendo liberdade política, económica, social, o voto **não pode** ser considerado “arma do povo”, pois não cumpre o papel de instrumento democrático, de poder influenciar decisivamente os rumos de um país inteiro ou de uma freguesia recôndita! Persistem em todo o mundo regimes deste tipo, de que a Coreia do Norte é, talvez, o seu expoente máximo. Há ainda, aqueles países que, em **todos os continentes**, limitam ou impedem o exercício livre do voto e, até, eliminam fisicamente opositores como tem sido imputado ao regime de Putin na Rússia, entre muitos outros.

Logo, nestes países, ao invés de ser “arma do povo”, o voto legítima regimes facínoras, autocráticos de índole repressiva. Se mal utilizada esta “arma” pode causar estragos severos.

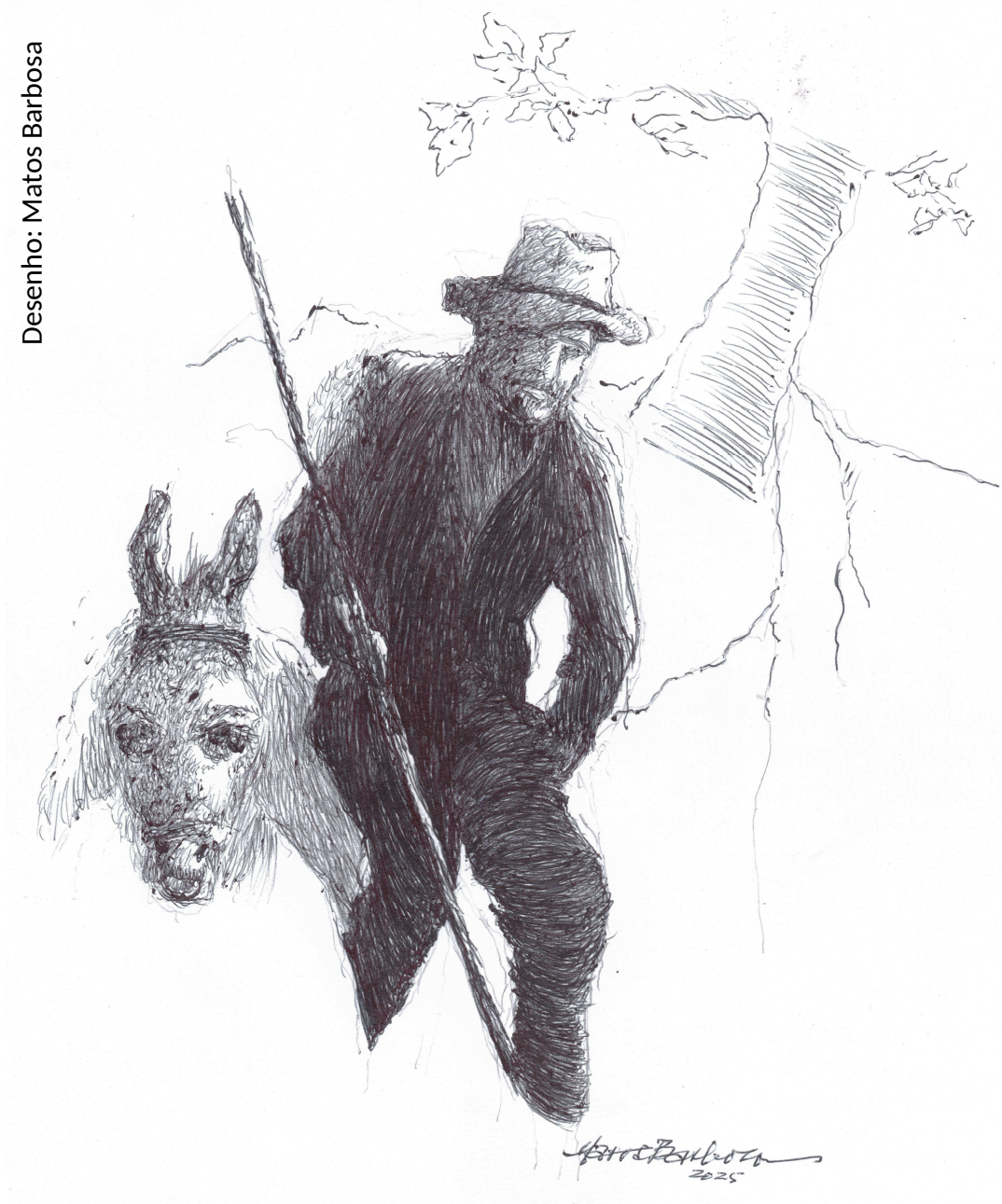
Outro aspecto relevante é como distinguir o **voto direto do indireto** ou, de modo mais abrangente, a **democracia direta** (ou participativa), **da indireta** (ou representativa). Estes conceitos são usados de modo muito diverso nos manuais da democracia representativa, ora como sinónimo de **eleição direta** dos nossos representantes seja para a presidência ou assembleias, no caso do voto direto como sucede no nosso país, ou **eleição indireta**, através da eleição de delegados para um colégio eleitoral que, depois (indiretamente), elege o, ou os, representantes políticos do país, como sucede noutros sistemas. Há, no entanto, formas de

votação diretas que não se inserem neste figurino, mas que são igualmente tão democráticas quanto o resto. Por exemplo, os **referendos** sobre temas específicos ou o denominado **orçamento participativo** conferem ao voto popular um poder de decisão imediato que pode alterar

“o exercício em liberdade do voto como uma “arma do povo” combinando democracia direta e indireta será indispensável à construção de um mundo novo.”

determinada política e, até, destituir representantes que faltaram aos seus compromissos. Aliás, no passado, muitas das revoluções populares (ou proletárias), mantiveram formas de democracia em que o voto direto foi exercido nas assembleias eleitas nas cidades pelo povo – os denominados Conselhos Operários ou de Trabalhadores (que, na Revolução Russa de 1917, eram chamados Sovietes ou Conselhos de Trabalhadores, Soldados e Camponeses). E que, na Alemanha e noutros países da Europa Central em 1918/1920, se constituíram a par dos parlamentos nacionais, exercendo um poder de outro tipo que, no entanto, seria derrotado. Contudo, eram formas de democracia direta em que o voto dos seus membros permitia tomar decisões de forma coletiva na solução dos assuntos que se colocavam no quotidiano das suas vidas e, deste modo, era também “arma do povo”.

Com as facilidades tecnológicas disponíveis que permitem usar, por exemplo, o nosso telefone como arma (não de arremesso) mas como meio de aceder a todo e qualquer evento que ocorra em todo e qualquer lugar, seja nas empresas, escolas ou ruas, nos fóruns ou nas assembleias e de, quase no imediato, ser possível comunicar opiniões e decisões coletivas, o exercício em liberdade do voto como uma “arma do povo” **combinando democracia direta e indireta** será indispensável à construção de um mundo novo.



Para ti

MaguiRamalho

Silenciosamente
Ele invade-te e tu
Inconscientemente
Acolhes
E ele rouba-te o tempo
Faz do ontem o momento
que te distrai do presente
Ficas ausente
Fazes do amanhã este agora
como filme em tela vazia
Alegoria
E vives a contratempo
como simples vira-vento
ao sabor do invasor
como simples desertor
de ti

Andando aos Papéis

Malangatana

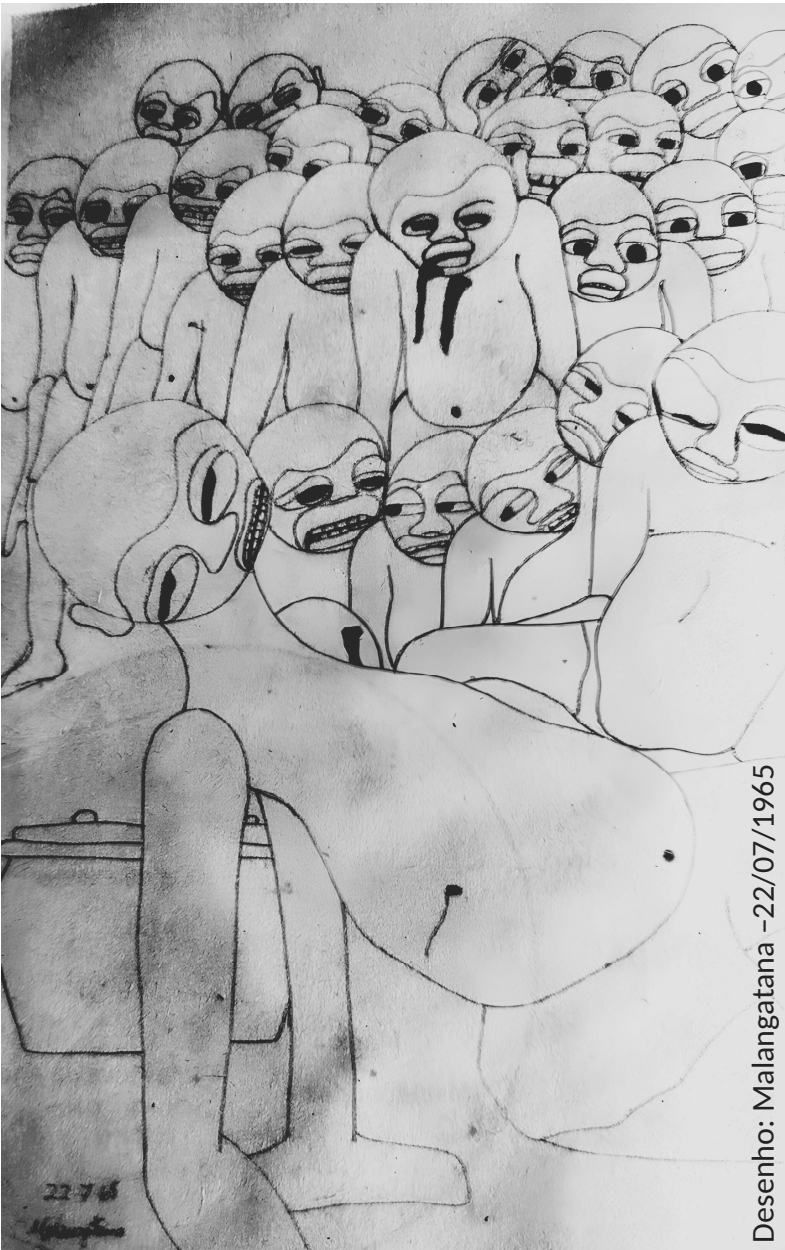
Júlio Roldão

Do meu álbum de recortes de jornais retiro, para inaugurar este espaço generosamente cedido pelo “Milha 12”, a reprodução, saída na edição do passado dia 20 de julho do suplemento P2 do jornal Público, de um corajoso desenho de Malangatana, com data de 22 de Julho de 1965 e o título “Apoio Moral aos Espancados da Cela IV”.

O desenho integra um artigo sobre violências da tristemente célebre PIDE, a polícia política portuguesa, perpetradas em Moçambique durante os anos de guerra contra a ocupação colonial e mantidas, inexplicavelmente até agora, em segredo. Sem as cores africanas que marcam a pintura do mestre Malangatana, o desenho estiliza os rostos de dor dos prisioneiros políticos massacrados.

Recortar aquele desenho, transportou-me para a primeira vez que vi uma obra do mestre Malangatana, numa exposição de pintura apresentada, antes do 25 de Abril de 1974, numa galeria de arte do então Governo Civil de Coimbra, exposição que visitei quase arrastado pelo escritor Joaquim Namorado que, nesse dia, para meu enorme deslumbramento, disse-me que uma tela bidimensional, pode e deve respirar como um ser vivo que respira por pulmões.

Este testemunho serve também para mostrar como é difícil arrumar aqueles papéis que guardamos, às vezes durante anos, sem saber muito bem que destino devemos dar-lhes quando começa a ver-se que eles correm o risco de entrar na herança que iremos deixar.



Desenho: Malangatana -22/07/1965

ARMAS & VOTOS

Uma memória do meio século de democracia

Rui Graça Feijó

Lisboa, estúdios da Rádio Renascença, 00h20 do dia 25 de Abril. Passa uma canção de Zeca Afonso que, para um punhado de conspiradores, significava luz verde para arrancar com o movimento militar que iria, em poucas horas, provocar o colapso do Estado Novo e, para outros, continha já a essência dos tempos que se anunciavam:

O Povo é quem mais ordena

Mais do que a Proclamação ao País da Junta de Salvação Nacional lida na TV pelo general Spínola às primeiras horas do dia 26; ou que o Programa do Movimento das Forças Armadas, divulgado pelo major Vítor Alves quando rompia o sol do primeiro dia inteiro em liberdade que veio a ficar conhecido pelo Programa dos Três Ds – democracia, descolonização, desenvolvimento; os versos da senha para a saída das tropas encarnavam o sentido profundo das Revolução.

Ao início da tarde do dia 25, Marcello Caetano olhou pela janela do Quartel do Carmo onde se refugiara e viu o que nunca imaginara: uma multidão pacífica dando largas ao seu ódio pelo regime que ele conduzira ao beco em que se encontrava. Pediu então a um membro da sua comitiva que contactasse o general Spínola e lhe entregasse uma nota onde escreveu: *“Julgo absolutamente indispensável que alguém com responsabilidade tome conta da situação quando não, o poder cai na rua.”*

Afinal, não compreendera o que vira no Largo do Carmo: a “rua” que ele tanto desprezava, que tanto fizera para afastar de qualquer veleidade de discutir as contingências da vida nacional e as orientações, que silenciara, encarcerara, torturara, essa mesma “rua” tinha o poder. A “rua” era o Povo. E o Povo queria ser, daí em diante, quem mais ordena.

Ordenar – mas como?

Spínola falaria vagamente de eleições – toda a Oposição, e mesmo sectores que se estavam a afastar do regime deposto, reclamavam eleições livres e justas. Não podia haver outro caminho. Mas com que universo de eleitores? Com que lei eleitoral? Com que garantias de isenção e equidade de meios e oportunidades?

Vítor Alves acrescentaria alguns pontos importantes: as eleições deveriam realizar-se “dentro de doze meses”; seriam precedidas de “medidas que instituem a liberdade de reunião e associação”, incluindo a “legalização/formação de partidos políticos e sindicatos”, bem como a libertação de todos os presos políticos; e teriam de se realizar com recurso ao sufrágio universal, direto e secreto.

Dito por outras palavras: a “rua” iria mandar através da assunção da soberania política vertida num recenseamento eleitoral baseado em princípios em tudo antagónicos aos que vigoravam quando se queria mantê-la em silêncio.

Por isso, em Outubro de 1973 estavam habilitados a votar 2,096,020 indivíduos – e 1,393,294 fizeram-no; ano e meio mais tarde, o recenseamento subira para 6,231,372 e a participação foi de 5,711,829. Os direitos de voto foram multiplicados por mais de três, o número de votantes por perto de cinco. A “rua” podia agora falar. A “rua” falou. E nunca mais deixou de falar nessa linguagem.

As armas deram voz à “rua”, e na “rua” ouviu-se: O Voto é a Arma do Povo. Alguns na “rua” quiseram devolver a gentileza, e dar voz às armas, gritando: As armas são o Voto do Povo. Competiram pelas suas verdades, com votos e com armas.

Ganharam os votos. Até hoje o voto é a força da “rua”.



Fotografia: MaguiRamalho

O Vitor Cunha Rego já não era um rapaz quando o conheci no Semanário, algures em 1983. Tinha meio século de uma existência fascinante e muito aventureira.

Após ter integrado o comando liderado pelo Galvão que sequestrou o Santa Maria, andou exilado pela Argélia, Itália e Jugoslávia, antes de deitar âncora no Brasil, onde trabalhou como jornalista e editorialista na Folha de S.Paulo.

Regressado a Portugal, depois do 25 de Abril, foi chefe de gabinete de Mário Soares no Ministério dos Negócios Estrangeiros, lugar que deixou porque – explicava - a mania de Soares de despachar sentado na sanita, enquanto satisfazia as suas necessidades fisiológicas de caráter sólido, recomendava que o seu chefe de gabinete tivesse intimidade familiar com ele. Sucedeu-lhe o sobrinho Alfredo Barroso.

Foi embaixador em Madrid e diretor do DN antes de fundar, com Marcelo Rebelo de Sousa, o Semanário. Dormia muito pouco, desembarcava pontualmente às sete da manhã na Redacção, na Duque de Loulé, e já tinha passado um par de horas a fazer trabalhos domésticos (tipo esfregar o chão) numa porra qualquer dos franciscanos.

Um filho drogado era a sua cruz e tinha ar de tarado sexual (no caso dele as aparências não iludiam). Já levava três casamentos no currículo, andava a comer a Maria Elisa e lançava olhares lúbricos à Clotilde, a telefonista que deve ter passado a ferro (ela também se punha a jeito, pois estava sempre a queixar-se de que o marido estava paralisado da cintura para baixo).

Ficou célebre a resposta que deu ao Plantier (que era adjunto do diretor e não diretor adjunto, uma subtilidade que só pode ter saído da cabecinha do Marcelo), quando ele chegou ao jornal desaustinado porque a sua mulher (a Margarida Viegas, a nossa colega) não tinha dormido em casa: “Sossegue, Carlos, ela está bem, ficou na minha casa”.

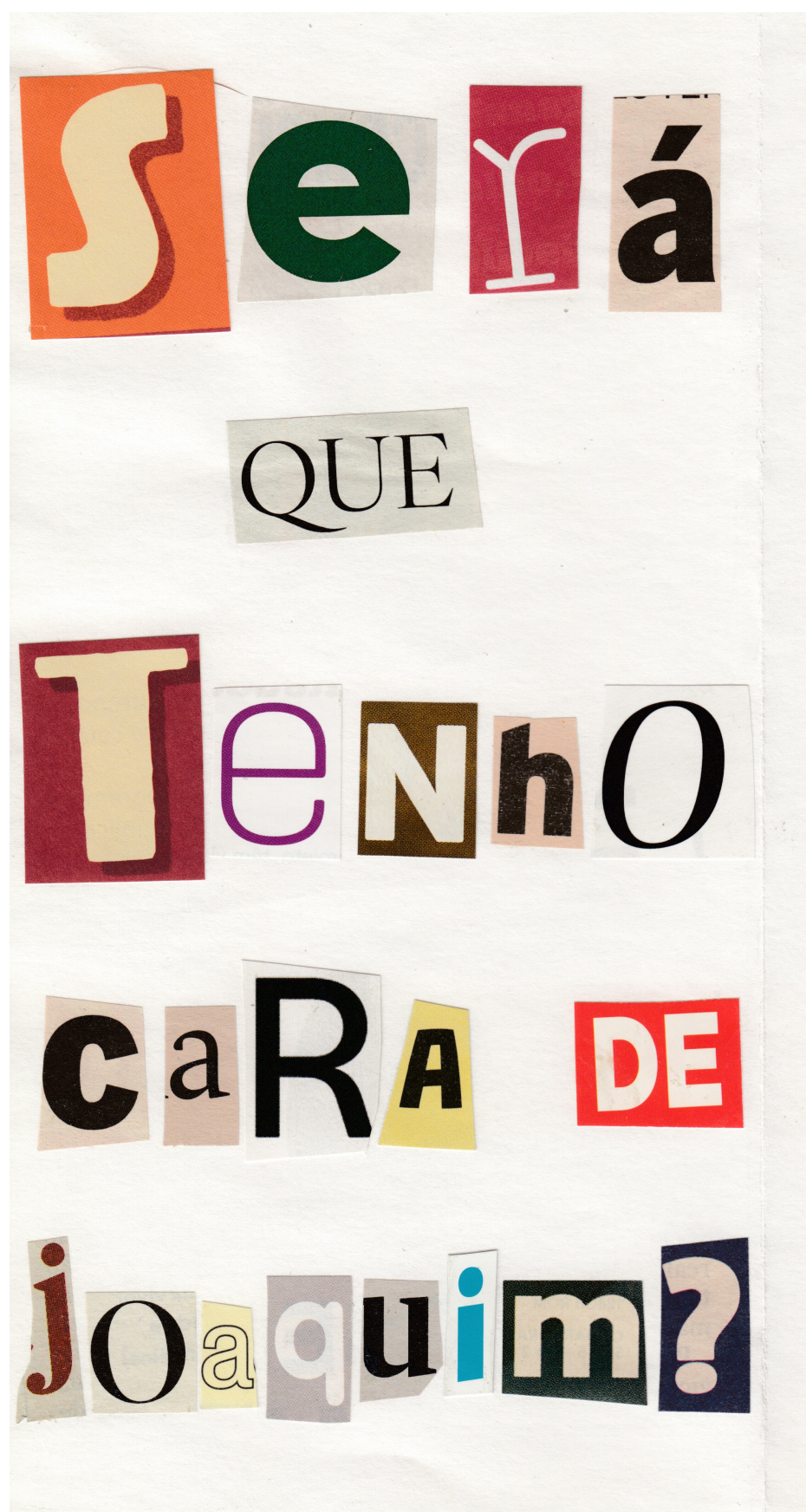
O Cunha Rego sempre me tratou muito bem, com deferência; quando me fui despedir dele, para ir chefiar a redacção do Comércio do Porto, ele levantou-se, deu-me um abraço e disse uma frase que nunca mais esqueci. “Sabe, Joaquim, que esta casa é sua. Quando quiser voltar é só avisar-me que já está de volta”.

Sim, ele tinha essa idiossincrasia de trocar alguns nomes e sempre me tratou por Joaquim apesar do meu nome sair impresso todas as semanas no jornal de que ele era diretor. Eu não levava a mal e nunca tentei corrigi-lo. Mas o José Teles afinava sempre quem ele lhe chamava João e, de mau, tratava-o por dr Raul Rego. (E sim, mal chegou-lhe aos ouvidos que eu tinha sido corrido do Comércio do Porto pelo Manuel Teixeira, ligou logo a convidar-me a voltar ao Semanário).

Lembrei-me desta história porque noutro dia, na Carlin do shopping Cidade do Porto, tropecei na Zeza e ela virou-se para mim e perguntou: “Olá Joaquim, estás a conhecer-me? Sou a mulher do Renato”.

Começo a convencer-me de que muito provavelmente tenho cara de Joaquim.

Texto e ilustração - Jorge Fiel





FURADOURO !

Carlos Cunha

Pronunciar ‘Furadouro’ é despoletar, para muitos, de um sem-número de recordações e vivências várias. Para outros nem tanto, embora provavelmente tenham escutado muitas estórias.

Em tempos idos, como nas décadas de 60 e 70 do século passado, as férias escolares eram passadas sobretudo em casa ou em seu redor. As escassas condições económicas não permitiam a demanda de outras paragens. A ‘febre’ dos Algarves e de longínquas terras ditas paradisíacas ainda não faziam parte das opções. Muitos colegas, nesses tempos de paragem escolar, eram mais uns braços a ajudar nas lides caseiras e agrícolas.

Onde entra o Furadouro neste apontamento? Entra, desde logo, evocando a existência durante muitos anos da Colónia de Férias do Centro Vidreiro. Situava-se a sul da povoação, essencialmente piscatória, que era o Furadouro de então.

Era um edifício construído em madeira, como muitas das casas-palheiros dos pescadores. Ali veraneavam, em regra pelo período de uma semana, os filhos dos trabalhadores do Centro Vidreiro, de bombeiros e alguns mais.

Manhã cedo, após uma cevada com broa, a ganapada, em fila indiana, era conduzida até ao “ti Zé Banheiro” que à borda do mar já aguardava. Segurava, um de cada vez, por um braço e a sua outra sapuda mão na nuca e aqui vai... um, dois mergulhos nas gélidas águas.

Julho e agosto eram os meses em que as famílias mais abastadas demandavam o Furadouro. Com o preço dos alugueres a baixarem, em setembro e outubro, os mais remediados alugavam uma casita, um quarto, ou até mesmo um palheiro.

No extenso areal perfilavam-se as barracas: as do Maganinho, as do Reguila e as do Ti Xico Manarte.

A norte e a sul do dito areal estavam os barcos e bateiras das companhas. Fizesse mar chão ou revolto, adentravam o mar. Venciam as ondas, que empinavam as embarcações, com a força dos braços daqueles resolutos homens de tez morena que buscavam um pouco de pão para a sua mesa.

Com a boca das redes prontas a serem fechadas era chegada a hora de entrar em ação as juntas de bois dos lavradores das redondezas que alertados pelo estralejar de foguetes postavam-se no areal. Atando uma grossa corda às das redes, os bois, ao ritmo de picadas de agulhão, subiam areal acima. As duas fileiras de puxadores, em paralelo, iam encurtando a distância entre si até que os pescadores se esforçavam por fechar a boca do saco das redes. No seu bojo cintilavam, em tons prateados as sardinhas, os carapaus, algumas raias e fanecas.

No areal, os pescadores e suas mulheres faziam montes diversos por espécie. Uma vez retirado o quinhão de cada pescador seguia-se a arrematação, sob o olhar atento da Guarda Fiscal que ali estava para arrecadar outro quinhão, o da receita do Estado.

Em cada lance de arrematação havia um despique cerrado junto de cada lote de pescado. “Quem dá mais???” era o pregão desafiador do pregador de ocasião. “Um, dois, três!!! está arrematado para o Francisco!” ou “Vai para o Barnabé!!!” Momentos depois era ver Furadouro afora as mulheres vareiras com canastras à cabeça a caminharem ligeiro até Ovar, até Válega, até S. Martinho da Gândara, até mesmo Oliveira de Azeméis. No ar ressoavam pregões: “olha a sardinha do nosso mar!!!”, “É fresca!!!, “É fresca!!!”.

Quando o mar era mais generoso em peixe, à noite havia mais pão nos palheiros. Comido à luz frouxa de candeias.

Quando o *sentido* era único...

Rui Gomes

Foram dois anos, nos dois anos anteriores ao 25 de Abril, quando as heras alquebradas e em baixa altitude, macilentas e ásperas, sem o rosado brilhante da pele, começaram a perder o seu refúgio privado e a escurecer com o ar de pessoas velhíssimas. Com muitas pedras nos sapatos, a propaganda tonitruante baixava de cambiante, as conversas em família, à volta do ecrã cinzento, perdiam a cadência numa ladainha esbatida, inútil, escassamente estimada.

Lembram-se? Primeiro andamento, resumindo os pormenores da situação: o velho almirante Thomaz, qual ovelha negra que nunca gostara de ir a votos, mantinha-se no cargo que ocupava desde 1958, quando batera, à boca e fora das urnas, o rival Delgado. As vulnerabilidades e as infrações foram então muito extensas, pondo em risco a solidez e a segurança das instituições. Desde então, para ocultar os olhares malvados e reprovadores, as eleições nunca mais foram diretas.

No ano em que o Conselho de Segurança da ONU, com as habituais cautelas de alguns membros, recomendou o fim da guerra em África e o PAIGC foi admitido na organização, na qualidade de observador. Um colégio eleitoral, vestido de preto e escolhido cuidadosamente a dedo entre as várias sensibilidades do regime, desde Trás-os-Montes a Timor, ratificou o almirante Thomaz para mais um mandato presidencial de sete anos. Era o dia 25 de julho de 1972. Desconhecia-se, então, se com dignidade e elegância, dedicação e espírito de sacrifício, o cargo seria para ser levado até ao fim.

Quatro dias depois da consagração, um jornal da nossa terra comentou a reeleição de Thomaz: *Mais uma vez o País, zeloso dos seus interesses maiores e consciente dos seus deveres históricos, reelegeu, no dia 25, através dos seus legítimos representantes, o senhor Almirante Américo Thomaz para um novo mandato presidencial.*

Num segundo andamento, no ano seguinte, os nossos concidadãos voltaram a ouvir falar de eleições. Era o ano das vigílias da *Capela do Rato*, que o patriarcado de Lisboa condenaria com prontidão e insistência; do assassinato calculado de Amílcar Cabral, em Conacri; da retirada, por decisão prudente de Veiga Simão, dos *gorilas* que vigiavam os estudantes nos pátios de universidades como as de Coimbra ou de Lisboa.

E era ainda o ano da desconsideração do nosso chefe do governo em Londres, quando bandeiras lusas foram atiradas para o chão, rasgadas e queimadas; e do país quase todo parado diante dos televisores para ouvir Tordo a cantar, continente fora até à *cortina de ferro*, uma *Tourada* que a censura se esquecera descuidadamente de proibir entre quatro paredes.

Mais para o final daquele ano de 1973, quando a nossa presença em África era cada vez mais contestada e se ouviam rumores sibilinos de reuniões conspirativas no Estoril ou na Caparica, os portugueses do sexo masculino voltaram às urnas. Não tinham muito por onde escolher e nem todos o podiam fazer. Como era costume, os jornais da nossa terra publicaram editais sobre as operações de recenseamento eleitoral. Alguns envolvimentos eram propositadamente deixados de fora: o dos que estavam desprovidos dos seus direitos civis e políticos; o dos que tinham opiniões contrárias à existência e à sobrevivência da nossa pátria como nação independente; o dos que professavam a

indisciplina e a desordem social; ou o dos que manifesta e obscuramente careciam de idoneidade moral... Num país cheio de analfabetos, os eleitores tinham ainda de passar por um exame de acesso à cidadania controlada: *a prova de saber ler e escrever.*

Um jornal recentemente criado, o *Expresso*, surpreendeu a opinião pública com os cerca de sessenta e seis por cento de portugueses que nunca tinham votado uma vez na vida.

No dia 28 de outubro, justiça lhe seja feita, o candidato por Aveiro à Assembleia Nacional era conhecido de toda a gente do concelho. Tinha mais de oitenta anos, iniciara a sua vida política nos tempos da República, quando, em 1921, foi eleito deputado pelo círculo eleitoral de Oliveira de Azeméis e era o presidente da comissão nacional da *Ação Nacional Popular*, o rebento exclusivo da *União Nacional*. Era a décima legislatura de Albino dos Reis. Na derradeira eleição do político de Loureiro, a percentagem de afluência às mesas de voto rondou os setenta e dois por cento em Oliveira de Azeméis, muito acima dos cinquenta por cento de eleitores em S. João da Madeira.

Na capital, ao fim da tarde, houve quem se manifestasse contra a guerra colonial e pelo regresso à democracia.

“Num país cheio de analfabetos, os eleitores tinham ainda de passar por um exame de acesso à cidadania controlada: a prova de saber ler e escrever.”

Ilustração : PM



ELEIÇÕES

António Jorge Almeida

Em miúdo vi sempre o ato eleitoral como uma chatice! Chegado o dia das eleições, já sabia que ia ser uma tarde eterna! Com a minha tenra idade cabia-me acompanhar os meus pais ao referido ato eleitoral. Uma tortura! Os meus pais conheciam toda a gente e toda a gente os conhecia! Eu, com toda a energia da idade, lá tinha de estar a ouvir as conversas de adultos que em nada me interessavam.

Fui crescendo e o meu interesse pela política também.

Presentemente, aprecio muito as eleições e todas as patéticas que se ouvem de parte a parte! Na verdade, as melhores situações humorísticas do País são precisamente quando aquelas estão à porta. Há uma falta de respeito e de noção do ridículo que impera em todos os quadrantes políticos! Mas o povo lá vai comendo e engolindo o que é dito! O ridículo da situação começa de imediato, nas campanhas, havendo um forte foco nas redes sociais, denegrindo bons e maus políticos, conforme a conveniência da cor política que trabalha afincadamente para esse processo de devassa.

Dei por mim a ter saudades do tempo em que os meus pais, depois de votarem, falavam cá fora com os seus amigos sobre este ou aquele partido e o que esperavam de cada um. Era tudo mais limpo, mais interessante, mais ético... tenho agora essa clara noção.

O ato eleitoral não pode ser banalizado, nem corrompido por quem se acha “politiqueiro”: é algo sério que merece mesmo uma reflexão a bem da Democracia. Na verdade, vamos contribuir para uma continuidade ou mudança de caminho e este ruído de informação que nem se sabe de onde vem e quem o difunde, impede as mentes mais influenciáveis de uma escolha bem informada e verdadeiramente pessoal.

As campanhas eleitorais principalmente as autárquicas costumam ser uma “palhaçada”. O comum dos mortais nem discute as ideias dos partidos nem tampouco os seus programas. O que importa é quem deu o melhor repasto, se o porco de A era maior que o de B e assim por diante... honestamente pasmo com a futilidade em que estes momentos que deveriam ser dignos se tornaram brejeiros.

Particularmente, aprecio o debate e esforço-me para estar devidamente informado porque na verdade gosto de ir às urnas votar de uma forma consciente e clara sem qualquer dúvida do ato secreto que me foi dado e que me permito exercer.

Viva a DEMOCRACIA!



Ilustração: PM

Primaveras passadas

Luis Barbosa—04/09/2025

Odores que se espalham como a neblina matinal
A luz, mais clara, mais limpa, estica-se pelo horizonte mais azul
As andorinhas voltam, rodopiam e saltam de beiral em beiral
E a melodia...dos pássaros, dos grilos, do crepitar da relva fresca
E as cores, as flores de todos os tons, como se tocassem o arco-íris com a mão
As crianças brincam, os jovens vivem e os velhos lembram
E os sorrisos, as gargalhadas são mais altas e honestas

Que o corpo bebe do sol a fome que passou no inverno
E depois o tempo, as primaveras escorridas como gotas secas
Os cinzentos e brancos de concreto armado que nos roubam da natureza
E os muros, os que são concretos e os que são imaginados
Criados por um cansaço primordial de impotência e descrença
Que tudo está pior, tudo está mais triste, tudo está mais gris
E sempre alguém que lamenta, alguém que partiu
E depois o silêncio, as palavras caladas pelo vazio da alma,
E um grito abafado escorre pela goela e afoga as entranhas feridas

UM PAÍS CHAMUSCADO E SEM ESTRATÉGIA

João Rebelo Martins

Há muitos anos, no El País, podíamos ver num *cartoon* duas árvores: uma frondosa num verde lindo e, outra, chamuscada. No balão lia-se: “fui passar férias a Portugal.”

O mês de agosto tem sido assolado por incêndios, que vão muito além da tradicional queima do restolho. Cenários dantescos que ano após ano, ganham dimensão com a desertificação do solo, o abandono do mundo rural e as alterações climáticas. Na Península Ibérica, segundo a *Science of the Total Environment*, de março de 2025, houve um aumento médio de temperatura de 3,9 °C e uma redução de 20% na precipitação anual, colocando em causa a salubridade da água para consumo. Ou seja, hoje não há a desculpa para o que se está a passar no nosso território porque todos têm a perceção exata do problema.

Ouvindo vários ex-Governantes, C.A.P., silvicultores, bombeiros, entre outros, sabemos que o combate aos incêndios não se faz em agosto, mas sim, ao longo do ano, na prevenção. É necessário fixar as pessoas no interior, acabar com a monocultura, obter linhas de financiamento para a parte não rentável da floresta.

Reflorestar com árvores autóctones, nomeadamente carvalho, castanheiro, medronheiro, azinheira. E, também, limpar as matas, criar associações de proprietários com vista à redistribuição do lucro, reforçar os meios de combate dos bombeiros e, quiçá, do exército (como referiu há dias Ana Pedro no Parlamento Europeu). Para além disso, é urgente formar as populações e educar os mais jovens para o ambiente.

Faz-se isto?! Faz-se, mas muito pouco em relação ao que deveria ser feito, e só não digo que não se faz nada, porque há um punhado de associações e autarcas que sente na pele o problema dos incêndios e que o tenta minorar.

O que vou perguntar é polémico, bem sei, mas aqui fica. Quantos votos dá a prevenção de incêndios *versus* o governante, de colete laranja vestido, com cara de quem sabe alguma coisa, a aparecer indignado na TV?

Como em muitas coisas, em Portugal vive-se uma situação de caminho fácil. E o caminho fácil, neste caso, é combater o incêndio em vez de o prevenir. E quando se entra por aí, temos perdas e dores tão grandes que não as consigo imaginar; temos a espetacularidade e temos um gasto exponencial e não sustentável em meios de combate.

Perdemos todos!

Privados **VÍCIOS**, públicas *virtudes*

Raquel Costa

Outro dia, perguntaram-me se eu não achava que o escrutínio da vida pessoal/privada de políticos em países como o Reino Unido ou os Estados Unidos era demasiado invasivo. A minha resposta foi: *não*. Num mundo mediático cada vez mais higienizado, em que é possível construir “autenticidade”, se se tiver muito capital para investir em bons *spindoctors*, é cada vez mais imperioso que o cidadão-eleitor saiba o que está a comprar. **E a integridade da pessoa pública é indissociável do que esta é dentro de casa.**

Um bom líder não o é verdadeiramente se for um cônjuge intratável, se agredir física e verbalmente a pessoa com quem escolheu viver, se a desrespeitar traindo-a, humilhando-a (mesmo que essa humilhação apenas seja comentada à boca pequena).

Um bom líder não o é verdadeiramente se, escolhendo ter filhos, for um pai/mãe negligente, ausente, displicente — ainda que a fotografia de família, com recurso a persuasão e *Photoshop*, seja perfeita.

Um bom líder pode ter os seus vícios, claro, desde que estes não sejam reveladores de falhas clamorosas de carácter.

Aproximam-se as autárquicas. As falhas, as pequenas fissuras na porcelana, são facilmente disfarçáveis em legislativas, presidenciais ou europeias, em que a pátina da distância não permite ver com clareza o que se passa dentro de portas. Mas, em autárquicas, isso já não acontece.

A sorte de muita gente que sorri alegremente em cartazes com dizeres é que os microcosmos portugueses têm uma característica em comum: a hipocrisia. Os brandos costumes, o cochichar, o falar nas costas, a ausência de confronto.

Mas uma verdade é inabalável: tudo se sabe, minha gente. Tudo se sabe!

Apelo a todos os que acreditam na democracia

Hoje estamos a repetir os mesmos erros embora que com outras condicionantes.

Rui Conde de Pinho

Devemos rejeitar toda a submissão, exercer o direito à indignação, aceitar factos e evidências e, principalmente, **cultivar o pensamento crítico**.

Mas tudo tem um preço.

No culminar da 1ª República, apesar da “riqueza” de múltiplas/variadas opiniões, estava instalado o caos. Em quase 16 anos houve 45 Governos e 2 juntas. Os pequenos assaltos e agressões, estavam normalizados e impunes.

O Povo estava descontente e “reconhecia” que havia que pôr ordem. Só que o “pôr ordem” tem sempre perigos e deu aso à Ditadura Militar – que impõe a ordem – que **“limpou o caminho”** para o longo “Estado Novo” que governou a seu “bel-prazer”. Podia ter sido evitado se vissem o perigo de quem está sempre à espera da oportunidade.

Durante este longo período até abril de 1974 nunca se deixou de fazer oposição mesmo que com forte repressão. Não impuseram as múltiplas/variadas opiniões e nunca as perderam. Mas reconheceram o inimigo e **juntaram esforços**. Foi finalmente restaurada a Democracia.

Hoje estamos a repetir os mesmos erros embora que com outras condicionantes.

Temos já, como se previa, todos os ingredientes para a tomada do poder pela extrema-direita. Sem ideologia própria e consistente, vai apregoando o óbvio. Sem refletir as inúmeras incongruências. Agem, falam, consoante a oportunidade. Puro populismo. Os verdadeiros ideólogos aparecem depois já com o **terreno limpo**.

São mimetistas. O “modus operandi” é sempre o mesmo. Usam como bodes expiatórios os imigrantes; usam o controlo da maior parte dos média; usam uma manipulação doentia da informação, dando palco diariamente aos “arautos” de teorias nazificantes/fascizantes, nomeadamente à “perceção” da violência e insegurança; usam a intimidação sobre o pensamento crítico, impedindo a liberdade de interpretação, de criação, anunciando novas e mais cruentas violências. Os pequenos assaltos, agressões, estão normalizados e impunes, de novo. Temos a extrema-direita a chegar ao poder e o desaparecimento sistemático dos partidos e movimentos que combateram o racismo, a xenofobia, a intolerância aos outros, às minorias, retirando-lhes a dignidade. Os que lutaram

Temos uma ignorância fomentada que se espalha com a velocidade duma pandemia, bem como o orgulho nessa ignorância. Temos a cobardia, o menosprezo, a mentira, o ódio acicatado, reduzindo o discurso a distorcidos vocábulos, do qual a vergonha desapareceu. Querem instalar o caos na Assembleia da República, denegrindo-a com o intuito de a tornar inútil.

A extrema-direita é beneficiária de mais de 50 anos de tolerância e complacência da Democracia. Embora antissistema, simula jogar o jogo democrático, sem nunca deixar a ambição do seu desmoronamento. Usa a tática do “cavalo de Troia”. Concertam as estratégias, organizam em tempo real desafios à ordem cívica que os acolhe. Usam a liberdade de expressão das democracias como amplificador e repetidor das suas ideologias. Facto é que a Democracia oferece aos movimentos que a pretendem destruir

condições favoráveis ao seu desenvolvimento e penetração social, incluindo financiamento estatal.

O belo slogan de Maio de 68 “é proibido proibir” tem senãos.

Cá na nossa “aldeia” vejo e temo armas apontadas a um inimigo comum. Razões de

sobra para tal, reconheço. Mas sem apresentar soluções alternativas. Sem juntar esforços, sem grande trabalho por parte dum partido concorrente pode haver surpresas.

Foi a “nossa” acomodação que facilitou. Estão a **“limpar o caminho”**.

O “Sebastianismo” está-nos enraizado. E a “Inquietação” de José Mário Branco deveria estar sempre presente.

Termino como Lídia Jorge no 10 de junho.

*“Leio Camões, aquele que nunca mais morreu, e comovo-me com o seu destino, porque se alguma coisa tenho em comum com ele, que foi génio, e eu não sou, é a certeza de que partilho da sua ideia, de que um ser humano é um ser de resistência e de combate. É só preciso **determinar a causa certa**.”*

14 junho 2025

Cartas a Margarida

Paula Sousa

Querida amiga:

Hoje escrevo-lhe com o meu coração dilacerado embora cheio de alegria. A minha última parte de mim mesmo deixou a vida terrena e vive, agora, num plano acima, uma nova vida, uma etapa que por certo será bastante melhor. Sinto que a minha adorada Elsa se regozija nesta sua nova fase etérea e infinita como ser de luz que, em mim, sempre foi.

Não obstante a minha dor, o meu coração transborda de tão cheio de alegaria por saber que a Elsa regressou ao Vale, verde e encantado, e descansa, em paz, na terra que me forçou a fazer-me homem e a qual, já se havia preparado para a receber, longe dos holofotes e ribaltas dos tempos modernos, numa simplicidade branca de candura e respeito.

A vida, querida amiga, é fugaz. Nem sempre somos capazes de saber aproveitar o que o tempo nos pode dar como presente pela nossa existência. Dá-se muito valor ao material, ao que os olhos veem e descura-se, relegando para segundo plano, o essencial, o não visível e não registável.

Porém, é nas coisas mais simples que reside a fundamental beleza da realidade e os princípios mais profundos do ser e do universo. Pudesse o tempo dar-nos mais tempo para a criação e contemplação de apenas saber existir... Pudesse o ser humano assim coexistir, neste universo que segue o seu curso natural... Pudesse a metafísica transformar-se em virtude e seríamos, todos, mais plenamente humanos, completos e autênticos.

Sempre seu amigo fiel

J.M.F.C.



As palavras estão

GAZETA

João Monteiro

A verdade é inútil
A conversa volátil
As palavras estão gastas
nas entranhas das castas
com pés no firmamento
a verdade lá dentro
é a mais bela nefasta
Emergente epicentro

Onde a postura ignóbil
Sempre acima da subtil
Vai comendo o espaço
para sem embaraço
Pôr mãos na liberdade
com toda a autoridade
Reduzi-la ao fracasso
Deixá-la sem vontade

As intenções são mil
Por trás de uma ação fútil
Um canal difuso
De alcance confuso
Os pilares da estrutura
Dentro dessa moldura
Da qual somos reclusos
No fim passam fatura

Ao ego mercantil
Sobra saber se o reel
Respeita as condições
De quem faz decisões
De cariz controlado
Tem o faro treinado
Para manter as exceções
Num circuito fechado

O HOMEM DA BOMBA

Paulo Monteiro

Lá estava ele. Imóvel no meio da praça, agarrado com força a um pequeno objeto metálico, cinzento, que tremia com a sua mão direita. O olhar era fixo, como se estivesse colado a algo que os outros não viam. O corpo endurecido contrastava com o fluxo inquieto ao redor.

As pessoas passavam, apressadas, a viver com horários, compromissos, notificações. Mas, ao vê-lo, desaceleravam. Ainda que por um instante. Algo nele incomodava, o jeito como parava, o modo como segurava o objeto, a expressão contida entre o pânico e a resignação.

Alguns desviavam-se, desconfiados.

— Será uma bomba? — sussurravam. Outros apenas fingiam não ver. A indiferença é mais confortável que o medo.

Um menino apontou:

— Mãe, aquele homem tá doente?

A mãe puxou-o pelo braço, ignorando o incômodo.

— Vamos, não olhes. Anda.

No meio da praça, o homem respirava com dificuldade. Os ombros subiam e desciam. O suor na testa brilhava ao sol. O polícia, que o observava de longe, resolveu aproximar-se com cautela.

— Senhor? Está tudo bem?

Nenhuma resposta. Apenas aquele som abafado da cidade

— buzinas, passos, murmúrios, julgamentos.

Então, sem dizer nada, o homem ergueu o braço devagar.

Alguns pararam. Alguém gritou. O polícia levou a mão ao cinto.

Mas o gesto não era ameaça.

Ele levou o objeto à boca, pressionou, e inspirou com força.

Os seus olhos fecharam-se como se o ar sugado fosse uma forma de renascer. Por alguns segundos, ficou ali, retendo a vida nos pulmões. Depois, soltou o ar lentamente, como quem devolve o mundo com delicadeza.

— É só... asma — disse enfim, com a voz rouca, quase envergonhada.

O polícia, sem saber como reagir, apenas assentiu com a cabeça. O homem guardou o inalador no bolso, ajeitou o casaco e seguiu. Os passos eram lentos, mas firmes. Passou por entre as pessoas, tornou-se multidão outra vez.

Era só mais um, sensível aos caprichos climáticos do outono.

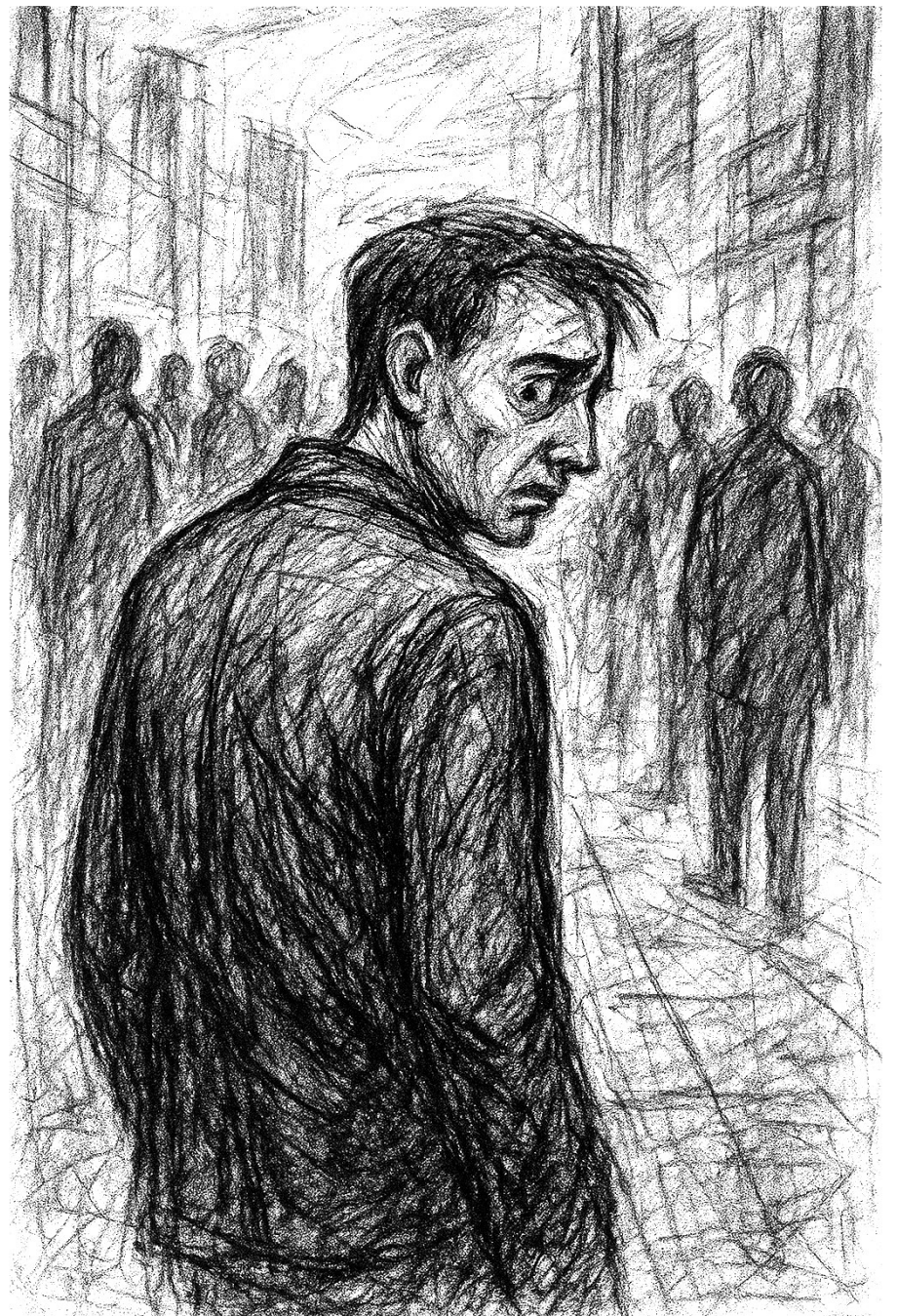


Ilustração : PM



CONSIDERAÇÕES SOBRE (OU COM?) OS PÉS

José Brandão de Sousa

A palavra *pé* e o seu plural, *pés*, são das palavras mais *espezinhadas* (estão a ver!? - começa já aqui!) da nossa língua. Talvez por se encontrarem nas extremidades dos membros inferiores, pousados no chão (ou arrastando-se pelo chão!), são a parte do corpo mais mal-amada.

São inúmeras as expressões de teor negativo que as incluem. Há expressões de tal modo desdenhosas e/ou insultuosas que são de *fugir a sete pés*.

Desde o (ou a) infeliz que *leva com os pés* até ao desafortunado que, por não saber dançar, é apontado como tendo *pés de chumbo*. Há insultos de todas as espécies.

Se o tipo tem um discurso pouco claro, desarticulado, *troca as mãos pelos pés*. Se é bruto, irascível é um tipo que *entra a pés juntos* ou *trata tudo a pontapé!* Um gajo canhestro, inábil que não consegue fazer nada de jeito é porque só *faz com os pés*.

Mas o rol de expressões desdenhosas, aviltantes mesmo, para com esta importante parte da nossa anatomia (são os pés que nos sustentam!) continua.

Meteu o pé (às vezes diz-se *a pata* – mais humilhante, ainda!) *na poça* é próprio de quem fez asneira da grossa. Numa versão mais sociológica, o potencial sogro rotula, liminarmente, o candidato a genro de *pé rapado*, pois não estão ambos *no mesmo pé*. Já o manhoso, vem *com pezinhos de lã* e o larápio *pé ante pé*. O parvalhão, que quer dar nas vistas, *põe-se em bicos de pés*. Olha-me este!

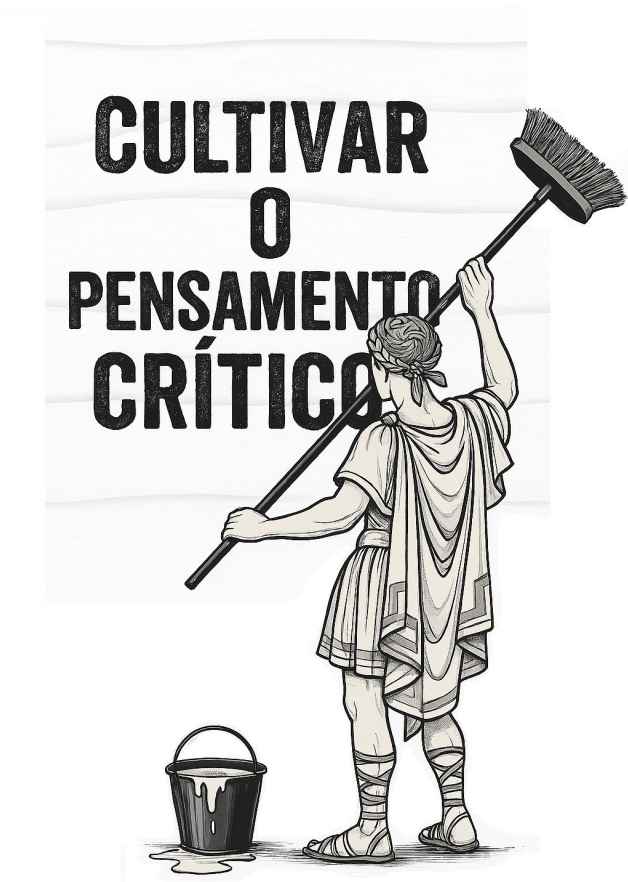
Portanto, a conotação negativa destas palavras tem um extensíssimo uso, aplicável a variados aspetos da vida humana. Até à política.

Caro (e)leitor, na assembleia de voto, pode *entrar com o pé direito* ou *entrar com o pé esquerdo* (isso é lá com as suas preferências...), mas, por favor, faça a fineza de *não votar com os pés!*

Por hoje, *ficamos neste pé*.



Ilustração: Augusto Baptista





Desenho: Sérgio d'Azeredo
Título: "THE COURTSHIP OF THE CROWS"
Material: Micron pen 0.05, black acrylic ink on LANA paper
Tamanho: 200x270 mm
Data: 2025

MANHÃS SOLARENGAS

azeredo negrão

A minha cidade tem manhãs solarengas, de um sol que
vagueia pelas ruas e rompe nevoeiros
Gaivotas trazem mar nas asas e procuram imitar
o suspiro das sombras que criam anjos.
Vozes galhofeiras, palavrosas, cheia de lampejos radiantes.
ecoam pelas velhas “ilhas” onde a vida circula
em movimentos redondos.
As ruelas que nascem na ribeira, correm para o largo da Sé,
à procura de “ iluminação” como se subissem a escada de Jacó.
Nos jardins as árvores vestidas de outono, dançam com o vento
uma paixão partilhada.
Estão vazios os bancos onde, nos fins de tarde, o peso da vida
se senta, e à noite há gente que dorme na escuridão, coberta
de farrapos transfigurados de céu, enquanto pássaros montam
silêncios e os lampiões de rua se escondem no arvoredos.
Na minha cidade, quando o rio fala, as águas sussurram
melancólicos diálogos entre a vida e o sonho.
O Porto tem meninos pássaros que voam para latitudes incertas
e velhos que flutuam na vida ao entardecer.
Procurando guardar as lembranças, caminho no
chão antigo como um figurante que tenta voltar aos domínios da
infância.

C’arma do POVO

Rosa Melo

nunca desse modo
se pariu coisa boa
mortíferas cabeças
permitimos
fulminassem seus
congêneres
vizinhos pares
gémeos fossem

basta-se a turba
de palavras
sem detetar esgares
ou fingimento
contenta-se a chusma
com os brilhos
os chilreios dos pardais
em telhados opulentos
espúrias sereias

mais pode a cantiga
engatilhada
a semente espargida
nos meninos
a letra sábia a lucidez
a clara razão
da força justa



FICHA TÉCNICA

Milha 12 - Gazeta Cooltural
Número 8 - Setembro de 2025

DIRETÓRIO COLETIVO

José Brandão de Sousa | Nuno Araújo | Paula Sousa
| Paulo Monteiro

MORADA

Rua António Bernardo 500, 2ª fase, 5º Esq
3720-301 Oliveira de Azeméis

REVISÃO

Paula Sousa

DESIGN E COMPOSIÇÃO GRÁFICA

Paulo Monteiro

AVISO: As opiniões expressas nos textos são de
responsabilidade exclusiva de seus autores.

CAPA: recriação do poster original "Trabalhadoras,
peguem em armas" (1917), de Lev Brodarty

COLABORADORES DESTE NÚMERO

A. Grilo | Augusto Baptista | António Jorge Almeida |
Antonio J M Silva | Azeredo Negrão | Carlos Cunha |
Helena Terra | João Monteiro | Luís Barbosa | João
Rebelo Martins | João Ramalho | Jorge Fiel | José
Brandão de Sousa | Júlio Roldão | Magui Ramalho |
Matos Barbosa | Paula Sousa | Paulo Monteiro | Raquel
Costa | Rosa Melo | Rui Conde de Pinho | Rui Gomes |
Rui Graça Feijó | Sérgio D'Azeredo



milhadoze@gmail.com



milhadoze.wixsite.com/milha-12



Milhadoze



Milha Doze